

## **LC 06/77: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

I – editar resoluções e expedir instruções

II – Prover os cargos iniciais da carreira, promover, exonerar, aposentar, bem como praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos da carreira da Defensoria Pública, dos cargos em comissão e do quadro de apoio da estrutura da Defensoria Pública Geral do Estado;

III – propor demissão ou cassação de aposentadoria de membro da Defensoria Pública;

IV – apresentar, anualmente, relatório das atividades da DP, sugerindo medidas ao seu aperfeiçoamento;

V – convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública;

VI – baixar atos de lotação e designação dos membros da Defensoria Pública, bem como removê-los de sua lotação para outra, no interesse do serviço;

VII – promover a abertura dos concursos para provimento dos cargos efetivos da Defensoria Pública

VIII – dar posse aos nomeados para cargos efetivos, e em comissão, da Defensoria Pública;

IX – adir ao Gabinete, no interesse de serviço, membros da Defensoria Pública;

X – fazer publicar, anualmente, a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública;

XI – aprovar a tabela de férias dos membros da Defensoria Pública;

XII – conceder férias e licenças aos membros da Defensoria Pública;

XIV – determinar o apostilamento de títulos dos membros da Defensoria Pública;

XV – aplicar penas disciplinares aos membros da Defensoria Pública;

XVI – determinar exames de sanidade para verificação da capacidade física ou mental de membros;

XVII – dirimir conflitos e dúvidas de atribuições entre os órgãos da Defensoria Pública, ouvido o Conselho Superior se julgar conveniente;

XVIII – indicar, quando solicitado pela autoridade competente, membros da Defensoria Pública para integrar comissão de inquérito no âmbito do Poder Judiciário;

XX – promover revisão criminal;

## **LC 06/77: CONSELHO SUPERIOR**

- I – organizar as listas de promoção por antigüidade e por merecimento;
- II – aprovar a lista anual de antigüidade, bem como julgar as reclamações dela interpostas pelos interessados;
- III – atualizar as listas de antigüidade dos membros da Defensoria Pública na data da ocorrência da vaga;
- IV – organizar o concurso para provimento de cargos da carreira da Defensoria Pública;
- V – opinar nas representações oferecidas contra membros da Defensoria Pública, quando solicitado o seu pronunciamento pelo Defensor Público Geral;
- VI – recomendar as medidas necessárias ao regular funcionamento da Defensoria Pública, a fim de assegurar o seu prestígio e a plena consecução de seus fins;
- VII – regular a forma pela qual será manifestada a recusa à promoção;
- VIII – propor ao Defensor Público Geral, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;
- IX – representar ao Defensor Público Geral sobre qualquer assunto que interesse à organização da Defensoria Pública ou à disciplina de seus membros;
- X – pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Defensor Público Geral;
- XI – confirmar, ou não, na carreira o Defensor Público de 3ª Categoria, ao final de seu estágio;
- XII – elaborar o seu Regimento Interno;
- XIII – julgar, em grau de recurso, os processos disciplinares de membros da Defensoria Pública.

## **LC 06/77: CORREGEDOR GERAL**

- I – inspecionar, em caráter permanente, a atividade dos membros da Defensoria Pública, observando erros, abusos, omissões e distorções, recomendando sua correção, bem como, se for o caso, a aplicação das sanções pertinentes;
- II – apresentar ao Defensor Público Geral, no início de cada exercício, relatório dos serviços desenvolvidos no ano anterior;
- III – receber e processar as representações contra os membros da Defensoria Pública, encaminhando-as, com parecer, ao Defensor Público Geral;
- IV – prestar ao Defensor Público Geral, em caráter sigiloso, as informações que lhe forem solicitadas sobre atuação funcional de membros da Defensoria Pública;
- VI – requisitar de autoridades públicas certidões, exames, diligências, processos e esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições;
- VII – receber e analisar os relatórios dos órgãos da Defensoria Pública, sugerindo ao Defensor Público Geral o que for conveniente;
- VIII – exercer outras atribuições inerentes à sua função ou que lhe sejam determinadas pelo Defensor Público Geral.

## **LC 06/77: OUVIDOR-GERAL**

- I – propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;
- II – elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterà também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos;
- III – participar, com direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado;
- IV – promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil e com as Ouvidorias Públicas da Defensoria Pública dos demais Estados, do Distrito Federal e da União;
- V – estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados;
- VI – manter contato permanente com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em permanente sintonia com os direitos dos usuários;
- VII – coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.

## DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

I – editar resoluções e expedir instruções

II – encaminhar expediente para nomeação, promoção, exoneração ou aposentadoria no Quadro da Defensoria Pública;

II – Prover os cargos iniciais da carreira, promover, exonerar, aposentar, bem como praticar todo e qualquer ato que importe em provimento ou vacância dos cargos da carreira da Defensoria Pública, dos cargos em comissão e do quadro de apoio da estrutura da Defensoria Pública Geral do Estado;

(Nova redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 95/2000)

III – propor demissão ou cassação de aposentadoria de membro da Defensoria Pública;

IV – apresentar, anualmente, relatório das atividades da Defensoria Pública, sugerindo medidas adequadas ao seu aperfeiçoamento;

V – convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública;

VI – baixar atos de lotação e designação dos membros da Defensoria Pública, bem como removê-los de sua lotação para outra, no interesse do serviço;

VII – promover a abertura dos concursos para provimento dos cargos efetivos da Defensoria Pública, nos termos desta lei;

VIII – dar posse aos nomeados para cargos efetivos, e em comissão, da Defensoria Pública;

IX – adir ao Gabinete, no interesse de serviço, membros da Defensoria Pública;

X – fazer publicar, anualmente, a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública;

XI – aprovar a tabela de férias dos membros da Defensoria Pública;

XII – conceder férias e licenças aos membros da Defensoria Pública;

XIII – deferir benefícios ou vantagens concedidas em lei aos membros da Defensoria Pública;

XIV – determinar o apostilamento de títulos dos membros da Defensoria Pública;

XV – aplicar penas disciplinares aos membros da Defensoria Pública, na forma da lei;

XVI – determinar exames de sanidade para verificação da capacidade física ou mental de membros da Defensoria Pública;

XVII – dirimir conflitos e dúvidas de atribuições entre os órgãos da Defensoria Pública, ouvido o Conselho Superior se julgar conveniente;

VIII – indicar, quando solicitado pela autoridade competente, membros da Defensoria

<p>Pública para integrar comissão de inquérito no âmbito do Poder Judiciário; XIX – requisitar dos órgãos da Administração Pública, documentos, exames, diligências e esclarecimentos necessários à atuação da Defensoria Pública; XX – promover revisão criminal;</p>	
--	--